

Boa Esperança do Sul: foco na educação

Nas terras de Araraquara, entre os rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira, foi formado em 1887 o Patrimônio da Capela de São Sebastião, às margens do ribeirão Boa Esperança, onde já existia uma pequena capela. Entre 1850 e 1904 foram agregadas ao Patrimônio 209 alqueires. Nessa ocasião o lugar ficou conhecido como Capela de São Sebastião de Boa Esperança. Sua elevação a Distrito de Paz deu-se em julho de 1895. Só em 1944 passou a chamar-se Boa Esperança do Sul.

Com quase 14 mil habitantes a cidade se orgulha em dar atendimento integral aos seus moradores.

Nos 11 bairros de Boa Esperança do Sul a infra-estrutura é 100%: água tratada, esgoto coletado e tratado, asfalto e iluminação pública.

Na área da saúde são quatro postos para dar atendimento à população. O número de médicos dobrou nos últimos 4 anos, são oito médicos generalistas, além de 4 especialistas. Para atendimentos de emergência existe o Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia, que foi toda reformada no último ano. Na cidade funcionam dois Programas de Saúde da Família. A visita dos agentes de saúde nas casas para uma ação preventiva diminuiu em cerca de 20% a ida de pacientes aos postos. Uma farmácia municipal distribui gratuitamente medicamentos da FURP, Fundação Para o Remédio Popular e de laboratórios comerciais.

O comércio local é forte apenas no quesito supermercados. Como a cidade está a 28 quilômetros de Araraquara, e possui um ônibus circular que faz a ligação entre elas, os moradores preferem passear e fazer as compras ao mesmo tempo.

A geração local de empregos está baseada na administração pública, nas 7 pequenas indústrias, que empregam mão-de-obra mais especializada, e no

Igreja de São Sebastião, na praça central de Boa Esperança do Sul



campo. As 336 propriedades rurais que empregam quase 1300 pessoas em regime permanente e cerca de 4.500 temporários.

A cidade busca alternativas econômicas investindo em educação formal e profissional.

Com foco na formação profissional, foi montada a Escola Municipal de Ofícios com cursos de tapeceiro, marceneiro, eletricitista, costureiro de artefatos de couro e profissionais de manutenção de máquinas. Esta mão-de-obra especializada atraiu pequenas indústrias para a cidade, como a de luvas de couro para o corte de cana-de-açúcar, 80 pessoas já estão empregadas. Com o resultado positivo desta iniciativa a escola já pensa em montar novos cursos para atrair outras empresas, tudo em parceria com o Senai.



O setor de serviços também está sendo preparado. De olho no futuro do turismo rural na cidade, garçons, confeitores, pizzaiolos e padeiros já estão sendo formados. A prefeitura faz um levantamento do potencial turístico das propriedades rurais.

Boa Esperança do Sul, como a maioria dos municípios de São Paulo, municipalizou a educação. É responsável pelos alunos do ensino fundamental e mantém 4 escolas. Possui ainda 3 escolas de ensino infantil (crianças até 6 anos) e 2 creches, uma municipal e outra mantida por uma entidade assistencial. Com a preocupação de melhorar a formação dos professores do ensino infantil, fez um convênio com a Unesp de Araraquara e montou uma turma para cursar a Pedagogia Cidadã. 40 professores sem formação superior já concluíram o curso e uma nova turma será montada em 2009. O ensino médio funciona em apenas uma escola da cidade e é de responsabilidade do governo estadual, mesmo assim, para preparar melhor os jovens a prefeitura montou, em convênio com alunos da Unesp, um cursinho preparatório para o vestibular. As aulas são gratuitas e acontecem de 2ª a sábado.

Boa Esperança do Sul não espera, sai na frente em busca de oportunidades.



Educação é porto seguro

O assunto educação é sempre destaque nas entrevistas e palestras do navegador Amyr Klink, 47 anos, pai de três filhas. Defensor da educação aprendida na prática, ele falou, em Ribeirão Preto, das experiências vividas em suas viagens.

Em uma das ilhas do Reino da Dinamarca, a Feroe, de ascendência viking, não existem aulas de matemática, física, filosofia, história, no currículo formal para a educação, mas sim a construção de um barco ou de uma casa viking. Nesta construção eles inserem as noções dessas matérias de uma maneira simples e direta. Outro exemplo citado por ele foi o de uma comunidade de pescadores onde as crianças aprendem o que será importante para o seu futuro: pescar, limpar, industrializar, organizar e gerenciar.

Para Amyr Klink o Brasil está na contramão do resto do mundo por não investir mais em educação. “Não é preciso mais escolas”, afirma ele, “é preciso qualidade de ensino e uma metodologia que privilegie a realidade brasileira e sua diversidade cultural. O importante não são os números, mas as pessoas que estão em formação”.

Falando de uma situação doméstica, lembrou que na primeira vez que levou as filhas para a Antártida preocupou-se em voltar



Amyr Klink durante palestra em Ribeirão Preto

entregue ao navegador para ser ocupada por um projeto próprio. No princípio ele pensou em pesquisa, mas isto já existe muito por lá, e com muita verba. Em sua proposta de ocupação optou pela vertente educacional, onde alunos do mundo inteiro poderão vivenciar experiências na Antártida e conhecer melhor o continente gelado.

O desafio agora será adaptar a Base para receber os alunos, mas interferir o menos possível na vida e na paisagem local. Amyr vai utilizar o que chama de energia inteligente para o sistema de iluminação e de aquecimento. “Vou colocar por lá um gerador para trabalhar 24 horas usando o etanol, além disso, quero usar motores de popa flex nas embarcações para poluir o menos possível”. Os entendimentos neste sentido estão em andamento, inclusive no sentido de criar uma ignição que não utilize gasolina, e sim o próprio etanol.

No próximo verão o Projeto Mae Point deverá estar implantado. Amyr Klink está ansioso para encher de meninos e meninas o Pólo Sul e provar que educação não precisa acontecer apenas de forma tradicional, entre quatro paredes.

para que elas não perdessem aulas na escola. Arrependeu-se! O que elas aprenderam em um mês foi fascinante. Depois de 3 viagens, Marininha, a caçula de 8 anos e que adora biologia, identifica 14 espécies de pingüins, todas as espécies de baleias austrais, enquanto ele mesmo ainda tem dificuldade. “Se ela não tivesse tido esta oportunidade de vivenciar o aprendizado, com certeza não teria se interessado pelo assunto, e não leria tanto a respeito”, completou.

A educação agora fará parte de suas aventuras. Amyr Klink vai assumir a base inglesa de Mae Point, na Baía da Glória, na Antártida. A base, que seria destruída pelo governo inglês, foi

“Agronegócio na Escola” discute a sustentabilidade

O Programa Educacional “Agronegócio na Escola”, desenvolvido pela ABAG/RP há 8 anos e que já atendeu cerca de 90 mil alunos, sendo 24.500 apenas em 2007, fará um trabalho diferente neste ano, a fim de atender às novas diretrizes da Secretaria Estadual da Educação, que privilegia o trabalho em sala de aula. Como o formato original do Programa pressupõe as visitas monitoradas de alunos e professores às empresas do Agronegócio, foram necessárias grandes mudanças. A CENP, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, deixou a cargo das Diretorias Regionais de Ensino a opção de participar do Programa, com a condição de que as visitas sejam realizadas em horários opostos aos das aulas.

Como professores trabalham normamente em mais de um período, esta condição dificultou as saídas dos alunos. Das 10 Diretorias de Ensino que fazem parte do Programa, 6 decidiram não interromper as atividades, visto que os alunos esperam entrar no 1ª

série do ensino médio para ter oportunidade de conhecer o agronegócio regional. Araraquara, Barretos, Jaboticabal, Pirassununga, São Joaquim da Barra e Ribeirão Preto foram as diretorias que permaneceram.

Neste ano participam 31 escolas e cerca de 5 mil alunos. A proposta é abordar um tema específico: “Agronegócio e Sustentabilidade”. As escolas receberão material de apoio (textos, livros e vídeos). Os melhores projetos de trabalho serão reconhecidos. Os alunos poderão participar dos tradicionais concursos de frases e desenhos. Um dos textos sugeridos para o desenvolvimento dos trabalhos, “Florestas Sustentáveis” (abaixo), foi escrito pelo Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Eduardo de Miranda, e publicado na Revista Carta Escola. Evaristo Miranda é agrônomo, com mestrado e doutorado em ecologia, tem 15 livros escritos e duas centenas de trabalhos publicados sobre desenvolvimento sustentável.

Florestas Sustentáveis

O Brasil vem sendo criticado pelos campeões do desmatamento, alijados da própria memória, e essa alienação acontece nos bancos escolares

De todos os ecossistemas terrestres, as florestas estão entre os mais ameaçados. Oceanos podem ser degradados, savanas e cerrados queimam, desertos ampliam suas áreas, lagos e rios são contaminados, mas seguem existindo. As florestas desaparecem e raramente é possível recuperá-las com suas características originais. Cerca de 1 bilhão de pessoas vivem nas e das florestas, que reúnem metade de todas as espécies terrestres.

As florestas recobriram o planeta de forma extraordinária durante o Carbonífero. Há 300 milhões de anos, o gás carbônico na atmosfera, o calor e a umidade estavam em níveis bem superiores aos de hoje e favoreciam o desenvolvimento florestal. Tais florestas deram origem ao carvão fóssil ou mineral explorado atualmente. Ao longo das eras geológicas, as florestas ampliaram ou reduziram sua área em razão de flutuações climáticas. De 8 mil anos para cá, a relativa estabilidade do clima manteve uma área florestal mundial da ordem de 64 milhões de quilômetros quadrados.

Erradicação das florestas

Com a expansão demográfica e tecnológica, as florestas passaram a sofrer outro tipo de pressão, diferente das variações climáticas. Os desmatamentos erradicaram mais de 75% da área que vinha se mantendo estável há milhares de anos. Restaram menos de 15,5 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 24% do total original. As derrubadas não foram uniformes, mas, com exceção de parte das Américas, foram extensivas e ocorreram em todos os continentes.

A Europa, sem a Rússia, detinha mais de 7% das florestas do planeta e hoje tem apenas 0,1%. A África possuía quase 11% e agora, 3,4%. A Ásia já deteve quase um quarto das florestas mundiais (23,6%), agora está com 5,5% e segue desmatando. No sentido inverso, a América do Sul, que detinha 18,2% das florestas, agora possui 41,4% e os grandes responsáveis por esses remanescentes, cuja representatividade cresce ano a ano, são Brasil e Canadá. O Brasil possuía 9,8% das florestas originais do planeta e no prazo de dois séculos passou a deter 28,3%.

Essa tendência mantém-se. Se o desflorestamento mundial prosseguir no ritmo atual, o Brasil – por ser um dos que menos desmataram – deverá deter no futuro quase metade das florestas primárias do planeta. O paradoxo é que, em vez de ser reconhecido pelo seu histórico de manutenção da cobertura florestal, o País vem sendo severamente criticado pelos campeões do desmatamento e paulatinamente alijado da própria memória. Pior ainda: essa alienação acontece nos bancos escolares e nos erros dos livros didáticos.

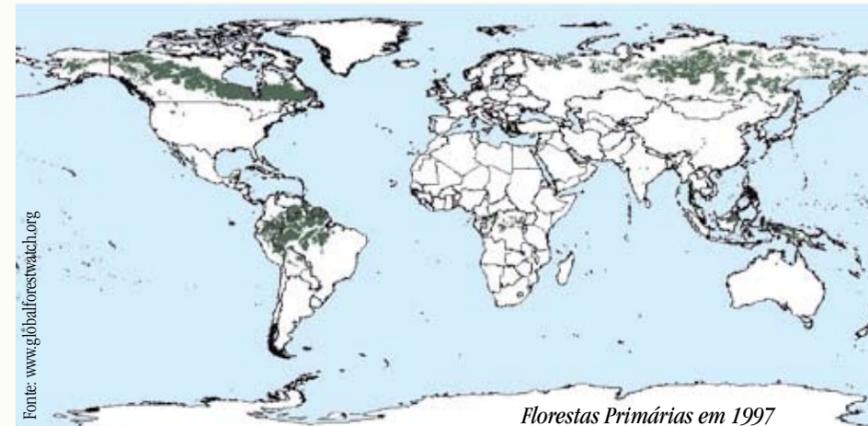
Proteção das florestas brasileiras

Na maioria dos países, a defesa da natureza é um fenômeno recente. A preocupação com a preservação florestal no Brasil vem de longa data. Desde o século XVI, no início do povoamento português, as Ordenações Manuelinas e Filipinas estabeleceram regras e limites para a exploração de terras, águas e vegetação. Em 1550, já havia uma lista de árvores reais, protegidas por lei, o que deu origem à expressão madeira de lei. O Regimento do Pau-Brasil, de 1600, estabeleceu o direito

de uso sobre as árvores, mas não sobre as terras, consideradas reservas florestais da Coroa. Elas não podiam ser destinadas à agricultura. Essa legislação garantiu a manutenção e a exploração sustentável das florestas de pau-brasil até 1875, quando entrou no mercado a anilina. Ao contrário do que muitos propagam, a exploração racional do pau-brasil manteve boa parte da Floresta Atlântica até o fim do século XIX e não foi a causa do seu desmatamento, fato bem posterior.

O mesmo ocorreu com os manguezais. Em 1760, um alvará real de dom José I os protegeu. As câmaras municipais foram notificadas e chamadas a aplicá-lo. Em 1797, uma série de cartas régias consolidou as leis ambientais daquele tempo: pertencia à Coroa toda mata à borda da costa, de rio que desembocasse no mar ou que permitisse a passagem de jangadas transportadoras de madeiras. A criação dos cargos de juizes conservadores, aos quais coube aplicar as penas previstas na legislação, foi outro marco em favor das florestas. As penas eram de multa, prisão, degredo e até pena capital para incêndios dolosos. No fim do século XVIII, surgiu o Regimento de Cortes de Madeiras, com regras rigorosas para a derrubada de árvores, além de outras restrições à implantação de roçados.

O desmatamento, dos séculos XVII ao XIX, limitou-se a alguns pontos da faixa costeira. Em junho de 1808, dom João VI criou a primeira unidade de conservação florestal, o Real Horto Botânico do Rio de Janeiro, com mais de 2,5 mil hectares, republicanamente reduzido a 120 hectares no século XX. Uma ordem, de 9 de abril de 1809, deu liberdade aos escravos que denunciassem contrabandistas de pau-brasil, e o decreto de 3 de agosto de



Florestas Primárias em 1997

1817 proibiu o corte de árvores nas áreas circundantes às nascentes do rio Carioca. Em 1830, o total acumulado de áreas desmatadas no Brasil era inferior 30 mil quilômetros quadrados. Hoje, desfloresta-se mais do que isso a cada dois anos.

Em 1844, após uma grande seca, o ministro Almeida Torres propôs desapropriações e plantios de árvores para salvar os mananciais do Rio de Janeiro. Em 1854 e 1856, começaram a ser desapropriados sítios com essa finalidade pelo ministro Couto Ferraz. Em 1861, pelo decreto imperial 577 de dom Pedro II foram criadas (e plantadas) as florestas da Tijuca e das Paineiras. O pensamento e a crítica ambiental brasileiros de hoje resultam de uma continuidade histórica de séculos, uma tradição intelectual única. A política florestal da Coroa portuguesa e brasileira logrou, por diversos mecanismos, manter a cobertura vegetal preservada até o fim do século XIX. O desmatamento brasileiro é fenômeno do século XX. Entre 1985 e 1995, a Floresta Atlântica perdeu mais de 1 milhão de hectares, mais do que toda a área desmatada no período da Coroa portuguesa. Em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, a marcha para o Oeste trouxe grandes desmatamentos. As florestas de araucárias foram entregues pela República aos construtores anglo-americanos de ferrovias, juntamente com

as terras adjacentes.

Na Amazônia, por quatro séculos, a presença humana limitou-se a cidades ribeirinhas e ao extrativismo. A ocupação desenvolveu-se na segunda metade do século XX com migrações, crescimento da população, construção de estradas de rodagem, hidrelétricas e outras obras de infra-estrutura. Há 30 anos, as taxas anuais de desmatamento na Amazônia têm variado de 15 a 20 mil quilômetros quadrados, com picos de 29 mil e 26 mil quilômetros quadrados, respectivamente, em 1995 e 2003, porém com tendência de queda nos últimos dois anos, segundo estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Apesar do desmatamento dos últimos 30 anos, o Brasil é um dos países que mais mantém sua cobertura florestal. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém 7,8%, a Ásia 5,6%, a América Central 9,7% e a Europa – o pior caso do mundo – apenas 0,3%. Mesmo com o esforço de reflorestar para uso turístico e comercial, não é possível ignorar que 99,7% das florestas primárias europeias foram substituídas por cidades, cultivos e plantações comerciais.

O continente que mais mantém suas florestas originais é a América do Sul, com 54,8%. Com invejáveis 69,4% de suas florestas primitivas, o Brasil tem grande

autoridade para tratar desse tema ante as críticas dos campeões do desmatamento mundial. Há que ter também responsabilidade para reavivar, por meio de políticas e práticas sustentáveis, a eficácia das medidas históricas de gestão e exploração que garantiram a manutenção das suas florestas primárias.

Apagão florestal

Devido às restrições ao manejo de matas nativas aliadas à insuficiência de plantios, o Brasil está às vésperas de um apagão florestal. Vão faltar madeira, carvão e lenha para atender aos mais variados setores. As plantações florestais representam 5% das florestas do mundo. A China possui a maior área reflorestada (71 milhões de hectares), seguida pela Índia (30 milhões de hectares), EUA (17 milhões de hectares) e Rússia (17 milhões de hectares) e Japão (10 milhões de hectares). O Brasil inviabiliza legal e burocraticamente o uso sustentável das florestas nativas e o plantio de florestas comerciais na Amazônia (ausência de concessões, demora na aprovação de planos de manejo, fiscalização corrompida, exigência relativa à reserva legal).

A incompetência da política florestal desestimula empreendimentos madeireiros sérios e incentiva o desmatamento e a ilegalidade. Um bom começo para ampliar a sustentabilidade florestal seria repensar o papel das florestas na economia e na vida do País, facilitando o plantio para a produção comercial de energia e madeira – principalmente nas áreas de pastagem da Amazônia – e protegendo adequadamente o valioso patrimônio natural.

Fonte: <http://www.cartanaescola.com.br/edicoes/24/florestas->